



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de Unidade Curricular

Curso de **MESTRADO EM DIREITO E PRÁTICA JURÍDICA**

1. Nome da Unidade curricular:

Estudos de Jurisprudência

2. Informação Complementar:

Duração: Semestral ☒ Anual ☐

Horas de Trabalho: 2

Créditos ECTS: _____

3. Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular:

Inês Ferreira Leite

5. Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes):

Compreender o processo de aplicação do direito ao caso, com especial atenção ao caso de Direito Penal, conhecer a jurisprudência, quer na perspetiva institucional, quer no que toca à estrutura, requisitos e conteúdo da decisão judicial.

6. Conteúdos programáticos:

1. Justiça, Direito, Lei, Norma e Sentença

- 1.1. O fundamento democrático da justiça penal
- 1.2. Estatuto dos tribunais e Estado de Direito Democrático (a separação de poderes e a legitimidade democrática dos juízes)
- 1.3. A distinção entre lei e norma: a espiral hermenêutica e o método do caso
- 1.4. Os limites à interpretação em Direito Penal
- 1.5. A fiscalização da constitucionalidade das leis pelos tribunais
- 1.6. Inconstitucionalidade da lei e inconstitucionalidade da decisão: modos de reação

2. Jurisprudência: tipos de decisões, publicidade, consulta e leitura crítica

- 2.1. Tipos de decisões judiciais: despacho, sentença e acórdão
- 2.2. A natureza dos acórdãos de uniformização de jurisprudência
- 2.3. A publicidade das decisões judiciais e direito de consulta
- 2.4. A estrutura da sentença ou do acórdão em matéria penal
- 2.5. A estrutura da sentença ou do acórdão e teoria geral da infração
- 2.6. Análise crítica da lei e leitura crítica da jurisprudência: critérios

3. O dever de fundamentação da sentença à luz da Constituição e da Convenção Europeia dos Direitos Humanos

- 3.1. O dever de fundamentação da sentença na lei e na Constituição
- 3.2. Fundamentos constitucionais do dever de fundamentação
- 3.3. O dever de fundamentação da sentença à luz da Constituição e da Convenção Europeia dos Direitos Humanos
- 3.4. Dever de fundamentação em matéria de facto
- 3.5. Dever de fundamentação e (in)constitucionalidade da norma



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

3.6. O dever de fundamentação e direito ao recurso: os "apokryphen haftgründen"

4. Racionalidade e argumentação jurídica: a linguagem e fundamentação da sentença

- 4.1. Direito e linguagem: argumentação jurídica e compreensibilidade da sentença
- 4.2. Racionalidade intuitiva e racionalidade argumentativa
- 4.3. Prejuízos, envio implícito e racionalidade argumentativa
- 4.4. A formação da convicção do julgador em matéria de facto
- 4.5. A espiral hermenêutica e o método do caso
- 4.6. Argumentação jurídica e função preventiva do Direito Penal

5. Laboratório: anatomia da decisão penal (crime económico) a partir dos critérios de decisão e formação da convicção do julgador

(Análise de um caso real decidido a partir da prova produzida e construção de uma decisão judicial)

7. Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular:

É ler a descrição dos objetivos e o programa, um é a concretização do outro.

8. Metodologias de ensino:

Será feito um ensino dividido entre aulas teóricas com exposição do programa, sempre acompanhado de jurisprudência relevante para ilustração dos temas, e uma parte de "laboratório", em que será analisado um processo judicial e sentença.

9. Avaliação:

De acordo com o regulamento.

10. Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular:

Tem de se expor a matéria, e a parte de laboratório ajuda a ilustrar e testar os conhecimentos teóricos.

11. Bibliografia principal:

- | | |
|------------------------|---|
| AA. VV. | <i>Judges, Judging and Humour</i> , edição de Jessica Milner Davis e Sharyn Roach Anleu, Palgrave Macmillan, London, 2018; |
| AA. VV. | <i>Crime, Deviance and Popular Culture. International and Multidisciplinary Perspectives</i> , edição de Dimitris Akrivos e Alexandros K. Antoniou, Palgrave Macmillan, London, 2019; |
| AA. VV. | <i>How to Measure the Quality of Judicial Reasoning</i> , edição de Mátyás Bencze e Gar Yein Ng, Springer, Cham, 2018; |
| AA. VV. | <i>The Responsive Judge. International Perspectives</i> , edição de Tania Sourdin e Archie Zariski, Springer Nature Singapore Pte Ltd., 2018; |
| AA. VV. | <i>Philosophy and the Criminal Law. Principle and Critique</i> , edição de R. A. Duff, Cambridge University Press, 1998; |
| AA. VV. | <i>Julgar sob perspectiva de Género: entre a constitucionalidade e a igualdade</i> , CEJ, 2020; |
| AGUILAR, Francisco | "Norma jurídica in tempore casus: o caso como fundamento dos (e limite aos) poderes legislativo e jurisdicional", <i>O Direito</i> , 2016, IV, pp. 823-849; |
| ALCÁCER GUIRAO, Rafael | "Facticidad y normatividad: Notas sobre la relación entre ciencias sociales y Derecho Penal", <i>Anuario de derecho penal y ciencias penales</i> , 52, 1-3, 1999, pp. 177-226; |



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

ALEX, Robert	<i>Teoria da Argumentação Jurídica. A teoria do discurso racional como teoria da justificação jurídica</i> , Landy, 2001;
ALTMAN, Andrew	“The democratic legitimacy of bias crime laws: public reason and the political process”, <i>Law and Philosophy</i> , 20, 2, Hate Crime Legislation, 2001, pp. 141-173;
ATIENZA, Manuel / FERRAJOLI, Luigi	<i>Jurisdicción Y Argumentación En El Estado Constitucional De Derecho</i> , Universidad Nacional Autónoma de México, 2005;
AUSTIN, J. L.	<i>How to do things with words</i> , Clarendon Press, Oxford, 1962;
BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy	Vícios de motivação da sentença penal: ausência de motivação, motivação contraditória, motivação implícita e motivação per relationem, <i>Revista brasileira de ciências criminais</i> , São Paulo, a.10, n.38, 2002, pp. 122-141;
BENSAÏD, Daniel	<i>Quem é o juiz?: para acabar com o tribunal da história</i> , trad. Madalena Poole da Costa, Instituto Piaget, Lisboa, 1999;
BLAKESLEY, Christopher L.	“Law, Language, Crime, and Culture: The Value and Risks of Comparative Law”, <i>Criminal Law Bulletin</i> , 49, 2013, pp. 438-480;
BLANTON, Hart / JACCARD, James	“Unconscious Racism: A Concept in Pursuit of a Measure”, <i>Annual Review of Sociology</i> , 34, 2008, pp. 277-297;
BOLDT, Raphael / CARVALHO, Thiago Fabres de	“Processo e tragédia: a sentença penal como locus da crise sacrificial”, <i>Revista Brasileira de Ciências Criminais</i> , 23, 115, 2015, p.141-165;
BONIFAZ, Augusto Renzo Espinoza,	“Estrategias de litigación penal: Teoría del Caso”, <i>derechopenalonline</i> , http://www.derechopenalonline.com/derecho.php?articulos . 2010;
BRITO, Ana Maria Barata de,	“Os poderes de cognição das Relações em matéria de facto em processo penal”, (online), 2012;
BRITO, José de Sousa e	“Teoria do crime e técnica de subsunção”, disponível no site da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, www.fd.un.pt ;
BRITO, José de Sousa e	“Sentido e valor da análise do crime”, <i>Textos de apoio de Direito Penal</i> , 1, AAFDL, Lisboa, 1983/84, pp. 65 a 125;
BRITO, José de Sousa e	“Para fundamentação do Direito Criminal”, <i>Textos de apoio de Direito Penal</i> , 1, AAFDL, Lisboa, 1983/84, pp. 127 a 233;
CARDARELLI, Albert P. / HICKS, Stephen C.	“Radicalism in Law and Criminology: A Retrospective View of Critical Legal Studies and Radical Criminology”, <i>The Journal of Criminal Law and Criminology</i> , 84, 3, 1993, pp. 502-553;
CARVALHO, Américo A. Taipa de	“Condicionalidade sócio-cultural do direito penal. Análise histórica: sentido e limites”, <i>separata do Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra. Estudos em homenagem aos Profs. Manuel Paulo Merea e Guilherme Braga da Cruz</i> , 58, Coimbra, 1985, pp. 1039 a 1145;
CARVALHO, Maria Clara Calheiros de	“A Base Argumentativa na Decisão Judicial”, <i>Julgar</i> , 6, 2008, online, pp. 69 a 76;
CARVALHO, Maria Clara Calheiros de	“A Base Argumentativa na Decisão Judicial”, <i>Julgar</i> , 6, 2008, (online), pp. 69 a 76;
CASTRO-RODRIGUES, Andreia de / FONTENLA, Ana Sacau	“Sentence pronouncements: What judges say when sentencing”, <i>European Journal of Criminology</i> , (online), 2012;
COLLINS, Hugh	“Roberto Unger and the Critical Legal Studies Movement”, <i>Journal of Law and Society</i> , 14, 4, 1987, pp. 387-410;



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

CORDEIRO, António Menezes	«Tendências actuais da interpretação da lei: do juiz-autómato aos modelos de decisão jurídica», <i>Revista Jurídica</i> , 1987, pp. 7-15;
COSTA, José Francisco de Faria	“O direito penal, a linguagem e o mundo globalizado (Babel ou esperanto universal?)”, <i>Revista de Legislação e Jurisprudência</i> , 138, 3955, 2009, pp. 218 a 227;
CUNHA, José Manuel Damião da	“Uma reflexão sobre atos decisórios dos juizes (da forma em processo penal)”, <i>Revista portuguesa de ciência criminal</i> , 26, 1-4, 2016, pp. 351-395;
CURRAN, Vivian Grosswald	“Cultural Immersion, Difference and Categories in U. S. Comparative Law”, <i>The American Journal of Comparative Law</i> , 46, 1, 1998, pp. 43-92;
DECEW, Judith W.	“Realities about Legal Realism”, <i>Law and Philosophy</i> , 4, 3, 1985, pp. 405-422;
DIAS, Figueiredo	“Acordos sobre a sentença em processo penal: um caso exemplar das relações entre o direito processual penal e o direito constitucional”, <i>Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Joaquim Gomes Canotilho</i> , Coimbra Editora, 2012, pp. 259-28;
DIAS, Jorge de Figueiredo	“Direito Penal e Estado-de-Direito Material. Sobre o método, a construção e o sentido da doutrina geral do crime”, <i>Revista de Direito Penal</i> , 31, 1981, pp. 38 a 53;
DIAS, Jorge de Figueiredo	“Para uma dogmática do Direito Penal secundário. Um contributo para a reforma do Direito Penal económico e social português”, <i>Direito Penal Económico e Europeu (textos doutrinários)</i> , I, Coimbra Editora, 1998, pp. 35 a 143;
DIAS, Jorge de Figueiredo	“Acordos sobre a sentença em processo penal: um caso exemplar das relações entre o direito processual penal e o direito constitucional”, <i>Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Joaquim Gomes Canotilho</i> , Coimbra Editora, 2012, pp. 259-28;
DWORKIN, Ronald	<i>Taking rights seriously</i> , Harvard University Press, 1977;
EIDAM, Lutz	“Das Apokryphe an den apokryphen Haftgründen Neue Dimensionen von versteckten Haftgründen im Strafprozess?”, <i>Strafverteidigertag</i> , 37, (online), 2013, pp. 75-84;
EWALD, William	“Unger's Philosophy: A Critical Legal Study”, <i>The Yale Law Journal</i> , 97, 5, 1988, pp. 665-756;
FARIA, Maria Paula Bonifácio Ribeiro de	<i>A adequação social da conduta no Direito Penal. Ou o valor dos sentidos sociais na interpretação da lei penal</i> , Publicações Universidade Católica, Porto, 2005;
FERRAJOLI, Luigi	<i>Derecho y razón. Teoría del garantismo penal</i> , Editorial Trotta, tradução de Perfecto Andrés Ibáñez, Alfonso Ruiz Miguel, Juan Carlos Bayón Mohino, Juan Terradillos Basoco e Rocío Cantarero Bandrés, Madrid, 1995;
FERREIRA, Manuel Cavaleiro de	<i>A Tipicidade na técnica do Direito Penal</i> , Imprensa Lucas, Lisboa, 1935;
FERREIRA, Manuel Marques	“Da fundamentação da sentença penal em matéria de facto”, <i>Revista jurídica de Macau</i> , 4, 1, 1997, p.65-74;
FIGUEIREDO, Herivelton Rezende de	<i>A influência dos meios de comunicação exercida sobre o juiz criminal</i> , tese, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2014;
FISHER, Talia,	“Comparative Sentencing”, (online), 2009, https://ssrn.com/abstract=1488345 ;
GARCÍA ARÁN, Mercedes	“Culpabilidad, legitimación y proceso”, <i>Anuario de derecho penal y ciencias penales</i> , 41, 1, 1988, pp. 71-114;



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- GFELLER, Diego R. / BIGLER, Adrian / BONIN, Duri
GOMES, Joaquim Correia
GOMES, Joaquim Correia
GREENWALD, Anthony G. / KRIEGE, Linda Hamilton
HALLIDAY, Simon
HARRIS, J. W.
HART, Herbert L. A.
HART, Herbert L. A.
HART, Herbert L. A.
HASSEMER, Winfried
HAYES, Rebecca M. / LUTHER, Kate
HEFFERNAN, William C.
HOMEM, António Barbas
HUNT, Alan
HUSA, Jaakko,
IBÁÑEZ, Perfecto Andrés,
IBÁÑEZ, Perfecto Andrés,
IMWINKELRIED, Edward J.,
JABBARI, David
JOLLS, Christine / SUNSTEIN, Cass R.
KANTOROWICZ-REZNICHENKO, Elena,
- “Apokryphe Haftgründe und ihre Problematik”, *Contralegem*, (online), 2018;
“A Motivação Judicial em Processo Penal e as suas Garantias Constitucionais”, *Julgar*, 6, 2008, online, pp. 77 a 97;
“A Motivação Judicial em Processo Penal e as suas Garantias Constitucionais”, *Julgar*, 6, 2008, pp. 77 a 97;
“Implicit Bias: Scientific Foundations”, *California Law Review*, 94, 4, 2006, pp. 945-967;
“After Hegemony: The Varieties of Legal Consciousness Research”, *Social & Legal Studies*, 28(6), 2019, pp. 859–878;
“Unger's Critique of Formalism in Legal Reasoning: Hero, Hercules, and Humdrum”, *The Modern Law Review*, 52, 1, 1989, pp. 42-63;
“The ascription of responsibility and rights”, *Proceedings of the Aristotelian Society*, New Series, 49, 1948-1949, pp. 171 a 194;
“Positivism and the Separation of Law and Morals”, *Harvard Law Review*, 71, 4, 1958, pp. 593 a 629;
Law, Liberty, and Morality, Stanford University Press, 1963;
Persona, mundo y responsabilidad. Bases para una teoría de la imputación en derecho penal, tradução de Francisco Munoz Conde e M.^a del Mar Diaz Pita, Tirant Lo Blanch, Valencia, 1999;
#Crime. Social Media, Crime, and the Criminal Legal System, Palgrave Macmillan, Cham, 2018;
Rights and Wrongs. Rethinking the Foundations of Criminal Justice, Palgrave Macmillan, London, 2019;
Judex perfectus, Função jurisdicional e estatuto judicial em Portugal, 1640-1820, Coimbra, 2003;
“The Theory of Critical Legal Studies”, *Oxford Journal of Legal Studies*, 6, 1, 1986, pp. 1-45;
“Varieties of Fairness and Procedural Cultures: A Comparative Discussion”, *Global Journal of Comparative Law*, 5, 2016, pp. 208-225;
Valoração da prova e sentença penal, Perfecto Andrés Ibáñez, Lumen juris, 2006;
“Acerca de la motivación de los hechos en la sentencia penal”, *Ciencias Penales, Revista da Asociación de Ciencias Penales de Costa Rica*, 7, 10, 1995(online);
“Distinguishing Lay from Expert Opinion: The Need to Focus on the Epistemological Differences between the Reasoning Processes Used by Lay and Expert Witnesses”, *Southern Methodist University Law Review*, 68, 2015, pp. 73-112;
“From Criticism to Construction in Modern Critical Legal Theory”, *Oxford Journal of Legal Studies*, 12, 4, 1992, pp. 507-542;
“The Law of Implicit Bias”, *California Law Review*, 94, 4, 2006, pp. 969-996;
“The Secret of a Cheaper Sentencing System: Lessons from Europe”, *Rotterdam Institute of Law and Economics (RILE) Working Paper Series No. 2015/01*, (online), 2014, <https://ssrn.com/abstract=2475021>;



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

KESSLER, Mark	“Legal Discourse and Political Intolerance: The Ideology of Clear and Present Danger”, <i>Law & Society Review</i> , 27, 3, 1993, pp. 559-598;
KRYGIER, Martin	“Critical Legal Studies and Social Theory. A Response to Alan Hunt”, <i>Oxford Journal of Legal Studies</i> , 7, 1, 1987, pp. 26-39;
LAMEGO, José	<i>Elementos de metodologia jurídica</i> , Coimbra, 2016;
LARSEN, Allison Ore	“Judging «under fire» and the retreat to facts”, <i>William & Mary Law Review</i> , 61, 4, 2020, p. 1083-1120;
LEITE, Inês Ferreira	« <i>Ne (Idem) Bis in Idem</i> » – <i>A proibição de dupla punição e de duplo julgamento como contributo para a racionalidade do poder punitivo público</i> , I e II, AAFDL, 2016;
LOPES, José Mouraz	<i>A fundamentação da sentença no sistema penal português. Legitimar, diferenciar, simplificar</i> , Almedina, Coimbra, 2019;
LUGO-OCANDO, Jairo	<i>Crime Statistics in the News. Journalism, Numbers and Social Deviation</i> , Palgrave Macmillan, London, 2017;
LYNCH, Mona	“The Situated Actor and the Production of Punishment: Toward an Empirical Social Psychology of Criminal Procedure”, <i>The New Criminal Justice Thinking</i> , Sharon Dolovich, Alexandra Natapoff, NYU Press., 2017, pp. 199-225;
MALEKIAN, Farhad	<i>Judgments of Love in Criminal Justice</i> , Springer International Publishing AG, 2017;
MARSHALL, Anna-Maria / BARCLAY, Scott	“Introduction: In Their Own Words: How Ordinary People Construct the Legal World”, <i>Law & Social Inquiry</i> , 28, 3, 2003, pp. 617-628;
MATA BARRANCO, Norberto Javier de la	“Aspectos nucleares del concepto de proporcionalidad de la intervención penal”, <i>Anuario de derecho penal y ciencias penales</i> , 60, 1, 2007, pp. 165-204;
MATTA, Paulo Saragoça da	“A livre apreciação da prova e o dever de fundamentação da sentença”, <i>Jornadas de direito processual penal e direitos fundamentais</i> , Almedina, 2004, pp. 221-279;
MCINTYRE, Joe	<i>The Judicial Function. Fundamental Principles of Contemporary Judging</i> , Springer, 2019;
MCKIMMIE, Blake M.	“14 Stereotypes in the Courtroom”, <i>New Directions for Law in Australia: Essays in Contemporary Law Reform</i> , Ron Levy/Molly O’Brien/Simon Rice/Pauline Ridge/Margaret Thornton, ANU Press., pp. 173-180;
MEAD, George Herbert	<i>Mind Self and Society from the Standpoint of a Social Behaviorist</i> , coordenação de Charles W. Morris, University of Chicago Press, 1934;
MEAD, George Herbert	“The Psychology of Punitive Justice”, <i>American Journal of Sociology</i> , 23, (1918);
MELLADO, Luis Avilés	“Hechos y su Fundamentación en la Sentencia, una Garantía Constitucional”, <i>REJ – Revista de Estudios de la Justicia</i> , 4, 2004, online, pp. 177-195;
MENDONÇA, Luís Correia de / LOPES, José Mouraz	“Julgar: contributo para uma análise estrutural da sentença civil e penal. A legitimação pela decisão”, <i>Revista do CEJ: Dossier temático Acusar/Julgar</i> , nº 1, 2004, p.191-239;
MENDONÇA, Luís Correia de / LOPES, José Mouraz,	Julgar: contributo para uma análise estrutural da sentença civil e penal: à legitimação pela decisão, <i>Revista do CEJ</i> , Lisboa, n.1, 2004, p.191-239;
MEYERSON, Denise	“Fundamental Contradictions in Critical Legal Studies”, <i>Oxford Journal of Legal Studies</i> , 11, 3, 1991, pp. 439-451;



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

MIDDLETON, Joel A. / SCOTT, Marc A. / DIAKOW, Ronli / HILL, Jennifer L.	“Bias Amplification and Bias Unmasking”, <i>Political Analysis</i> , 24, 2016, pp. 307–323;
MILLER, Marc Louis	“Sentencing Equality Pathology”, (online), https://ssrn.com/abstract=629204 ;
MONTEIRO, Fernando Conde	“Crime e Democracia: Algumas Reflexões Epistemológicas sobre o Papel do Direito Penal na Defesa dos Valores do Estado de Direito Democrático e Social da Constituição da República Portuguesa”, <i>Revista Portuguesa de Filosofia</i> , 72, 4, <i>Política e Filosofia I: A Democracia em Questão / Politics and Philosophy I: Democracy in Question</i> , 2016, pp. 1077-1087;
NEVES, António Castanheira	“O princípio da legalidade criminal. O seu problema jurídico e o seu critério dogmático”, <i>Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Eduardo Correia</i> , Coimbra Editora, Coimbra, 1984; pp. 307 a 471;
NEVES, António Castanheira	<i>Teoria Do Direito, Lições Proferidas no ano lectivo de 1998/1999</i> , Universidade de Coimbra, 1998;
NEVES, António Castanheira	“As fontes do Direito e o problema da positividade jurídica”, <i>Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra</i> , 51, 1975, pp. 115-204, e 52, 1976, pp. 96-240;
NEVES, António Castanheira	“Entre o «legislador», a «sociedade» e o «juiz» ou entre «sistema», «função» e «problema» - os modelos actualmente alternativos da realização jurisdicional do direito”, <i>Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra</i> , LI, 74 (1998), p. 1-44
NEVES, Rosa Vieira	<i>A livre apreciação da prova e a obrigação de fundamentação da convicção (na decisão final penal)</i> , Coimbra Editora, 2011;
NORRIS, Christopher	“Law, Deconstruction, and the Resistance to Theory”, <i>Journal of Law and Society</i> , 15, 2, 1988, pp. 166-187;
OLOKA-ONYANGO, J. / TAMALE, Sylvia	“«The Personal Is Political», or Why Women's Rights Are Indeed Human Rights: An African Perspective on International Feminism”, <i>Human Rights Quarterly</i> , 17, 4, 1995, pp. 691-731;
PALMA, Maria Fernanda,	«A teoria do crime como teoria da decisão penal (reflexão sobre o método e o ensino do Direito penal)», <i>Revista Portuguesa de Ciência Criminal</i> , 1999, pp. 523-603;
PALMA, Maria Fernanda,	<i>Direito Constitucional Penal</i> , Almedina, Coimbra, 2011;
PALMA, Maria Fernanda,	“Direito Penal Especial: o vértice do sistema penal”, <i>Direito Penal Económico e Financeiro. Conferências do Curso Pós-graduado de Aperfeiçoamento</i> , coordenação de Maria Fernanda Palma, Augusto Silva Dias e Paulo de Sousa Mendes, Coimbra Editora, 2012, pp. 11 a 24;
PATRÍCIO, Rui	“Imparcialidade e processo penal: três problemas”, <i>Julgar</i> , 30, 2016, pp. 43-61;
PEDERSEN, Natalie Bucciarelli,	“A Legal Framework for Uncovering Implicit Bias”, <i>University of Cincinnati Law Review</i> , 79, (online), 2011;
PEERENBOOM, R. P.	“A Coup d'État in Law's Empire: Dworkin's Hercules Meets Atlas”, <i>Law and Philosophy</i> , 9, 1, 1990, pp. 95-113;
PIMENTA, José da Costa	<i>A lógica da sentença</i> , Petrony, Lisboa, 2003;
POÇAS, Sérgio	“Da Sentença Penal — Fundamentação De Facto”, <i>Julgar</i> , 3, 2007;



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

PUIG, Santiago Mir	“El principio de proporcionalidad como fundamento constitucional de límites materiales del Derecho penal”, <i>Constitución, Derechos Fundamentales y Sistema Penal (Semblanzas y estudios con motivo del setenta aniversario del profesor Tomas Salvador Vives Antón)</i> , II, Tirant lo Blanch, Valencia, 2009, pp. 1357 a 1382;
PUIG, Santiago Mir	“Límites del normativismo en Derecho Penal”, <i>Revista Electrónica de Ciencia Penal y Criminología, RECPC</i> , 7, (online), 2005;
PYUN, John	“When Neurogenetics Hurts: Examining the Use of Neuroscience and Genetic Evidence in Sentencing Decisions Through Implicit Bias”, <i>California Law Review</i> , 103, 4 2015, pp. 1019- 1045;
PYUN, John	“When Neurogenetics Hurts: Examining the Use of Neuroscience and Genetic Evidence in Sentencing Decisions Through Implicit Bias”, <i>California Law Review</i> , 103, 4 2015, pp. 1019- 1045;
RIPOLLÉS, José Luis Díez	<i>La racionalidad de las leyes penales</i> , Trotta, Madrid, 2003;
ROCHA, Manuel António Lopes	<i>A Fundamentação da Sentença no Sistema Penal Português - Legitimar, Diferenciar, Simplificar</i> , Almedina, 2011;
ROCHA, Manuel António Lopes	<i>A Motivação Da Sentença, Documentação e direito comparado</i> , Lisboa, n.75-76, 1998, pp. 93-114;
SÁNCHEZ LÁZARO, Fernando Guanarteme	“Técnica legislativa y antijuricidad”, <i>Anuario de derecho penal y ciencias penales</i> , 59, 1, 2006, pp. 217-276;
SÁNCHEZ, Pedro Fernández	<i>Lei e sentença, Separação dos poderes legislativo e judicial na Constituição Portuguesa</i> , Lisboa, 2017 (Volume I e Volume II);
SCHÜNEMANN, Bernd,	<i>Las reglas de la técnica en derecho penal</i> ”, <i>Anuario de Derecho Penal y Ciencias Penales</i> , traducción de Manuel Cancio Meliá, 47, III, 1994, pp. 307 a 341;
SCHÜNEMANN, Bernd,	“La relación entre ontologismo y normativismo en la dogmática jurídico-penal”, <i>Revista Brasileira de Ciências Criminais</i> , 44, tradução de Mariana Sacher, 2003, pp. 11 a 33;
SCHÜNEMANN, Bernd,	“El propio sistema de la teoría del delito”, tradução de José Milton Peralta, <i>InDret. Revista para el Analisis del Derecho</i> , 1, 2008, pp. 1 a 20;
SEÑA, Jorge F.	<i>Malem, El error judicial. La formación de los jueces</i> , Gedisa, 2008;
SEÑA, Jorge F. Malem / GANUZAS, F. Javier Ezquiaga / IBÁÑEZ, Perfecto Andrés	<i>El error judicial. La formación de los jueces</i> , Fundación Coloquio Jurídico Europeo Madrid, 2009;
SREEJITH, S.G.	“Epistemology of legal leftism: an ontological critique”, <i>Journal of the Indian Law Institute</i> , 55, 4, 2013, pp. 429-475;
STARR, Sonja B.	“Evidence-Based Sentencing and the Scientific Rationalization of Discrimination”, <i>Stanford Law Review</i> , 66, 4, 2014, pp. 803-872;
STEWART, Iain	“Closure and the Legal Norm: An Essay in Critique of Law”, <i>The Modern Law Review</i> , 50, 7, 1987, pp. 908-933;
TONRY, Michael,	“Differences in National Sentencing Systems and the Differences They Make”, <i>Crime and Justice: A Review of Research</i> , 45, (online), 2016;
TURNER, Elizabeth R.	<i>Public Confidence in Criminal Justice. A History and Critique</i> , Palgrave Macmillan, London, 2018;



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

UNGER, Roberto Mangabeira	<i>O Movimento de Estudos Críticos do Direito: Outro Tempo, Tarefa Maior</i> , tradução de Lucas Fucci Amato, Letramento, Casa do Direito, 2017;
UNGER, Roberto Mangabeira	<i>The Critical Legal Studies Movement: another time, a greater task</i> , Verso, 2015;
UNGER, Roberto Mangabeira	<i>What Should Legal Analysis Become?</i> , Verso, Londres, 1996;
UNGER, Roberto Mangabeira	<i>The Critical Legal Studies Movement</i> , Harvard University Press, 1983;
UNGER, Roberto Mangabeira	<i>Law in Modern Society. Toward a Criticism of Social Theory</i> , The Free Press, New York, 1976;
UNGER, Roberto Mangabeira	<i>O Direito e o Futuro da Democracia</i> , tradução de Caio Farah Rodriguez Marcio Soares Grandchamp, Bom Tempo Editoria, 2004;
UNGER, Roberto Mangabeira	<i>O Direito na Sociedade Moderna. Contribuição a Critica da Teoria Social</i> , tradução de Roberto Raposo, Civilização Brasileira, 1979;
UNGER, Roberto Mangabeira	“The Critical Legal Studies Movement”, <i>Harvard Law Review</i> , 96, 3, 1983, pp. 561-675;
YANKAH, Ekow Nyansa	“The Law of Duty and the Virtue of Justice”, <i>Criminal Justice Ethics</i> , 26, 2008, pp. 67-83;
YANKAH, Ekow Nyansa	“Virtue’s domain”, <i>University of Illinois Law Review</i> , 4, 2009, pp. 1168-1212;